LEI Nº 157 DE 02 DE FEVEREIRO DE 1.990.

MODIFICA A LEI Nº 118 DE 20 DE FEVEREIRO DE 1.989, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eng.º EVALDO JORGE LEITE, Prefeito Municipal de Colíder MT. Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar empréstimo junto à Caixa Econômica Federal (CEF) ou outro agente financeiro, até o valor de NCZ\$= 81.000.000,00 (oitenta e um milhões de cruzados novos), destinados à execução de empreendimento integrante do Programa PRODURB, isto é, obras de pavimentação, meio-fio e sarjetas.

Parágrafo Único –O valor em cruzados novos representa em janeiro/90, o montante de 5.000.000 de BTNS, que serão reajustados mensalmente de acordo com os índices do Governo Federal.

Artigo 2º- Para a garantia do principal e acessório do empréstimo contraído pelo Município para a execução de obras, serviços e equipamento, observado a finalidade indicada, no artigo 1º fica o Poder Executivo autorizado a utilizar parcelas de quantas do fundo de participação e ou do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS, e dos produtos de arrecadações de outro imposto, na forma da legislação em vigor, e na hipótese de sua extinção os fundos ou impostos que venham substituí-los, bem como, na sua insuficiência, parte dos depósitos bancários conferidos com a Caixa Econômica Federal – CEF, ou outro agente financeiro, os poderes bastantes para as garantias possam ser prontamente exequíveis no caso de inadimplemento.

Parágrafo Único –Os poderes previstos neste artigo só poderão ser exercidos pela Caixa Econômica Federal – CEF, ou outro agente financeiro de que tenha previsto o empréstimo, na hipótese de o Município não ter efetuado no vencimento o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos celebrados com o agente financeiro patrocinado do empréstimo.

Artigo 3º - O Poder Executivo consignará nos orçamentos anual e plurianual do Município, durante os prazos que servirem a serem estabelecidos para os empréstimos por ele contraídos, dotações suficientes e amortização do principal e acessório resultante do cumprimento desta Lei.

Artigo 4º- O Poder Executivo baixara os atos próprios ou para a regulamentação da presente Lei.

Artigo 5º- Esta Lei entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

Artigo 6º- Revogam-se as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER, 02 DE FEVEREIRO DE
1.990.**

Eng.º EVALDO JORGE LEITE

PREFEITO MUNICIPAL